

OLD CHALLENGES NEW PATHWAYS: SOCIAL ENTERPRISES FOSTERING IMPROVEMENT AND SOCIAL INNOVATION ON SOCIAL INCLUSION

NEWSLETTER 1
FEVEREIRO 2014

EDITORIAL

Esta é a primeira newsletter do projecto «Old Challenges New Pathways – Social enterprises fostering improvement and social innovation in social inclusion». O OCNP é uma iniciativa europeia de dois anos (Set. 2013- Jul. 2015) financiado através do [Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida](#).

O projecto consiste num conjunto de visitas de intercâmbio e *networking* entre parceiros de 5 países europeus e centra-se nas Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho. Ou seja, organizações que produzem bens e serviços com a missão de integrar pessoas vulneráveis através do trabalho. Esta *newsletter* tem como objetivo partilhar a visita e os debates que tiveram lugar durante a primeira reunião do projecto no Porto, Portugal.



O PROJETO OCNP

O projeto centra-se no papel das Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho e noutras iniciativas de solidariedade, dedicadas à promoção da inclusão profissional de grupos vulneráveis. O objectivo principal é o de explorar os diferentes modelos de intervenção no campo da integração socioprofissional, que têm sido amplamente desenvolvidos nas últimas décadas nos países europeus.

Duas questões principais serão abordadas:

- Quais são os actuais desafios das empresas sociais e dos profissionais que trabalham no campo da inserção socioprofissional?
- Dadas as atuais tendências para inovação social na Europa – como é que as Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho podem beneficiar destas tendências?

As actividades do projecto incluem visitas a empresas sociais, debates e *workshops* que serão divulgados através de uma série de 6 *newsletters*.

PARCEIROS

Somos empresas sociais que trabalham no campo da inserção socioprofissional de pessoas vulneráveis, fornecendo também serviços de formação, consultoria, investigação e *lobbying*, para desenvolver o empreendedorismo social.

Bélgica

[SST - Samenwerkingsverband Sociale Tewerkstelling](#)

Republica Checa

[Fokus - Sdružení pro péči o duševně nemocné](#)

Itália

[SCF – Scuola Centrale de Formazione](#)

Luxemburgo

[CIGL Strassen asbl – Centre d'Initiative et de Gestion Local Strassen a.s.b.l.](#)

Portugal

[A3S – Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector](#)

RESIT PORTUGAL – REDE DE EMPRESAS SOCIAIS DE INSERÇÃO PELO TRABALHO

A missão da [RESIT](#) é de perseguir mais e melhores pontes para o emprego e a inclusão social de grupos vulneráveis, assim como, uma maior cooperação entre os setores público e privado e organizações de economia social.

A RESIT é uma rede informal de organizações de economia social que trabalham voluntariamente desde novembro 2011. É membro da [ENSIE](#), desde Agosto 2013. «Old Challenges New Pathways» é em si mesmo um resultado deste trabalho. A nível nacional, os membros da RESIT são *stakeholders* fundamentais do projecto e têm participado desde o primeiro encontro transnacional.

A estratégia da RESIT para os próximos anos passa por reforçar a cooperação a nível europeu através da ENSIE, por promover a implementação de modelos eficazes e boas práticas de inserção socioprofissional das pessoas vulneráveis e reforçar, expandir e profissionalizar a sua própria estrutura organizacional.

MEMBROS RESIT

- [A3S](#)
- [ADSG](#)
- [AFUA](#)
- [ANARP](#)
- [APDES](#)
- [ARIA](#)
- [ARTENAVE](#)
- [CÁRITAS Coimbra](#)
- [CENTRO SOCIAL DE SOUTELO](#)

VISITA À AFUA – ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES, UTENTES E AMIGOS DO HOSPITAL MAGALHÃES DE LEMOS

Nascida em 1999, AFUA é uma organização de economia social que procura a promoção da saúde mental através das áreas de reabilitação psicossocial e reintegração. Oferece serviços a pessoas com problemas de saúde mental, tais como atividades socio-ocupacionais e de apoio às famílias, quatro unidades residenciais, um gabinete de inserção profissional e duas empresas de inserção (EI).

Uma dessas EI foi criada em 1999, oferecendo serviços de *catering* e a outra em 2007, oferecendo serviços de limpeza. O seu maior cliente é o Hospital Psiquiátrico Magalhães Lemos, onde a AFUA está localizada. Estas EI oferecem aos utentes da AFUA a oportunidade de um caminho de integração socioprofissional, que começa com seis meses de formação e pode evoluir para dois anos (máximo) de um contrato de trabalho regular. Os trabalhadores que percorrem o percurso de inserção (13 nas 2 EI) são supervisionados por profissionais com mais experiência (2 em cada EI) e seguidos pelos serviços psicossociais da AFUA. No final de dois anos, os trabalhadores são contratados pela AFUA ou (de novo) referenciados aos serviços públicos de emprego. Estas EI são dependentes do financiamento público e possuem laços débeis com clientes do mercado concorrencial, tais com as PME e com outras entidades.

AFUA faz parte da Rede Social concelhia e de redes nacionais e internacionais para a promoção da saúde mental. Envolve igualmente o trabalho de 14 voluntários que dão suporte em diversas áreas (comunicação, contabilidade financeira, atividades ocupacionais...). Um dos principais desafios da AFUA é divulgar os seus serviços e actividades fora do Hospital, para conseguir caminhos sociais e profissionais mais eficazes na integração dos seus grupos-alvo. Outro desafio é o de assegurar a sustentabilidade atraindo novos clientes para as EI.

AFUA é um exemplo ilustrativo do modelo mais comum das EI em Portugal. O quadro legal foi criado através de uma política governamental vertical (*top-down*) que começou em 1998. Estabelece dois tipos de apoio público:

- a) Técnico – avaliação das necessidades locais; formação de competências de gestão para o pessoal da economia social (que nunca foi implementada na prática); recrutamento e acompanhamento dos trabalhadores (geralmente em cooperação com promotores das empresas de inserção); colocação profissional dos trabalhadores no final do contrato de trabalho.
- b) Financiamento – subsídios de 50% do investimento inicial (limitado a 18 vezes o salário mínimo português, que representa cerca de 3.750€); garante um seguro de acidentes e uma bolsa a cada formando de seis meses de formação; contribui com 80% do salário mínimo mais impostos da segurança social por cada trabalhador em processo de inserção; oferece uma recompensa (12 vezes o salário mínimo, que representa aproximadamente 5.000€) aos promotores que no final contratam permanentemente os trabalhadores.

As EI são apoiadas pelo Estado por um período máximo de 7 anos, em que devem garantir a manutenção de um número estabelecido de vagas de trabalho (mínimo 5 e máximo 20 trabalhadores por cada EI), ocupadas por grupos-alvo vulneráveis, num esquema de transição. A rotatividade dos trabalhadores é um requisito obrigatório para o financiamento.

O número de EI em Portugal cresceu até 2004 (521), reduzindo gradualmente até 2007 (494), data dos últimos dados estatísticos oficiais. Em 2012, o Estado suspendeu as candidaturas para a criação de novas EI, limitando-se a dar continuidade aos financiamentos anteriormente aprovados.

Aproximadamente 90% das EI em Portugal são promovidas por organizações de economia social (reconhecidas pelo Estado como IPSS) a quais fornecem serviços ao Estado, com uma débil cultura de empreendedorismo económico e de competências de gestão orientadas para o mercado. Neste contexto, a maioria das EI tornaram-se fornecedoras internas de serviços às suas próprias organizações promotoras (*catering*, lavandaria, jardinagem, limpeza, etc.). Em alguns casos, como a AFUA, estão dependentes de grandes instituições públicas, como hospitais ou municípios. Um dos maiores problemas das EI tem sido a ausência de uma avaliação apropriada desta medida política, particularmente no que se refere ao posterior acompanhamento dos trabalhadores.

No entanto, uma pequena parte das EI portuguesas têm alcançado bons resultados (demonstrados pela sua auto-avaliação) no seu papel de promover a transição para o mercado de trabalho, bem como, no aumento da sua orientação para a sustentabilidade financeira através de actividades de mercado.

INOVAÇÃO SOCIAL, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ENSIE

A [Rede Europeia de Empresas de Integração Social](#) (ENSIE) esteve presente na primeira reunião do projeto através da sua coordenadora Patrícia Bussi. O debate foi em torno do actual panorama europeu de empreendedorismo e inovação social.

A partir de Abril 2011, como a Lei do Mercado Único, a União Europeia começou a apoiar o empreendedorismo social. Em Outubro 2011, este apoio foi concretizado com a “Iniciativa de Empreendedorismo Social”: um plano de ação a nível europeu com o intuito de estimular a criação, o desenvolvimento e o crescimento das empresas sociais. Este apoio foi igualmente traduzido em termos financeiros no âmbito dos diferentes fundos da União Europeia.

As empresas sociais são muitas vezes exemplos de ‘inovação social’. Este último termo é relativamente novo, mas existem muitos exemplos de inovação social ao longo da história; desde jardins-de-infância a hospícios ou do movimento cooperativo às micro finanças. Os novos conceitos podem ser uma oportunidade para pensar em novas ideias, mas também exigem reflexão crítica face às mudanças sociais e políticas (ver caixa Inovação social em prática: *Social Impact Bonds*).

Por outras palavras, a inovação social representa a iniciativa de uma variedade de actores para enfrentar desafios sociais quando o mercado e o sector público não respondem a estes desafios de uma forma adequada, sustentável e aceitável. Trata-se do desenvolvimento de novas formas de organização e interações entre actores do sector público, privado e do terceiro sector, contribuindo para remodelar a sociedade no sentido da participação, capacitação e aprendizagem. É também uma expressão de motivações e propostas práticas para construir alternativas ao *status quo*. Neste sentido, a inovação social tem o potencial de ser uma declaração política de questionamento dos actuais modelos de desenvolvimento que geram a exclusão social.

Ao nível da União Europeia, as empresas e a inovação social estão a ser activamente promovidas:

- A [estratégia Europa 2020](#) fornece fundos para criar empresas socialmente sustentáveis
- A [Iniciativa de Empreendedorismo Social](#) incentiva as empresas responsáveis e facilita o empreendedorismo social
- O programa europeu para o [Emprego e Inovação Social](#) (EaSI)
- O [Quadro Estratégico Comum para 2014-2020 para a Estratégia de Coesão da União Europeia](#) terá como alvo a capacitação das equipas e instrumentos de financiamento para empresas sociais. É um desafio para as empresas de inserção e outras iniciativas destinadas a promover a inclusão social por meio do trabalho, assumir uma posição estratégica e beneficiar destas tendências de inovação social que operam a nível europeu.

É nesta tomada de posição que a ENSIE – um órgão representativo de 24 redes nacionais e regionais, representando 16 países europeus – pode ser de particular relevância. As suas principais acções estão ligadas aos desafios que as Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho enfrentam em toda a Europa.



INOVAÇÃO SOCIAL EM PRÁTICA: *SOCIAL IMPACT BONDS*

Os *Social Impact Bonds* são um instrumento que está em debate nos EUA e em alguns países europeus. Estes títulos constituem uma nova abordagem ao financiamento dos serviços sociais e da inovação social. Os governos contratam um intermediário do sector privado para obter esses serviços e pagam pelos mesmos se (e somente se) a intervenção for bem-sucedida. O intermediário obtém fundos pelo capital dos investidores independentes, com fins lucrativos ou investidores filantrópicos, que oferecem capital inicial em troca do pagamento pelos governos se as metas de desempenho forem atingidas. O intermediário utiliza estes fundos para contratar prestadores de serviços que realizam as intervenções necessárias a fim de cumprirem as metas de desempenho estipuladas.

